de 21 de Março de 1931, por motivo de utilidade pública, uma faixa de terreno, que pertence ao Reformatório de Lisboa (sexo feminino), com a área de 51 metros quadrados, conforme a planta junta ao respectivo processo, para alargamento da plataforma do apeadeiro da Cruz da Pedra, mediante a indemnização única de 35 por metro quadrado, que será paga directamente à Comissão Jurisdiccional dos Bens Culturais (secção dos bens congreganistas) no Ministério da Justiça, logo após a publicação deste diploma, ficando a cargo da referida Companhia a construção do muro da vedação entre a plataforma e o terreno do Reformatório.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 6 de Junho de 1935.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Manuel Rodrigues Júnior.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

Decreto-lei n.º 25:469

Pertencendo às juntas gerais dos distritos autónomos as receitas de serviços que se encontram a seu cargo, e sendo necessária por vezes para a determinação exacta da respectiva importância e consequente arrecadação por parte das juntas ou entrega por parte do Tesouro a modificação da forma de cobrança;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A receita proveniente do registo de matrícula oficial de qualquer curso ou grau de ensino, com exclusão do primário, criada pelo artigo 26.º, alínea b), do decreto-lei n.º 22:842, de 18 de Julho de 1933, e as consignadas nos n.ºs II e III do artigo 82 da tabela geral do imposto do selo aprovada pelo decreto n.º 21:916, de 28 de Novembro de 1932, e no artigo 12.º do decreto-lei n.º 22:751, de 28 de Junho de 1933, pagas por meio de estampilhas fiscaes nos distritos autónomos do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, passam a ser cobradas por meio de guia, devendo o produto das cobranças ser entregue oportunamente às respectivas juntas gerais.

Art. 2.º Serão restituídas às referidas juntas as importâncias arrecadadas pelo Estado e pagas por meio de estampilha anteriormente a este decreto e que áqueles corpos administrativos deviam ser atribuídas.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 6 de Junho de 1935.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Henrique Linhares de Lima — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Aníbal de Mesquita Guimarães — Armindo Rodrigues Montetro — Duarte Pacheco — José Silvestre Ferreira Bossa — Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação — Sebastião Garcia Ramires — Rafael da Silva Neves Duque.

1.ª Repartição Central

Portaria n.º 8:132

zenda Pública dos bairros e concelhos sejam devolvidos à Casa da Moeda e Valores Selados no prazo improrrogável de trinta dias, a fim de lhes ser aposta a sobrecarga das taxas que lhes correspondem segundo a tabela geral do imposto do selo aprovada pelo decreto n.º 21:916, de 28 de Novembro de 1932. Decorrido aquele prazo sem que se tenha efectuado a devolução dos referidos valores selados, serão estes incluídos na primeira tabela de cobrança, sem direito ao reembolso da respectiva importância.

As estampilhas fiscaes da taxa de 2\$50 poderão ser utilizadas até à sua completa extinção.

Ministério das Finanças, 6 de Junho de 1935. — Pelo Ministro das Finanças, João Pinto da Costa Leite, Sub-Secretário de Estado das Finanças.

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto n.º 25:470

Visto o n.º 6.º do artigo 1.º do decreto com força de lei n.º 4:560, de 8 de Julho de 1918;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São assim alterados os artigos seguintes da pauta de importação:

Artigo 681-B — Esferas e forros de cilindros, de ferro, aço ou porcelana, para máquinas trituradoras e moinhos.

Artigo 721 — Serras de fita e tiras de ferro ou aço, dentadas, para puados.

Art. 2.º As rubricas do índice remissivo da pauta de importação «Esferas de ferro ou aço, para máquinas trituradoras e moinhos», «Forros de cilindros, de ferro ou aço, para máquinas trituradoras e moinhos» e «Peças separadas de aparelhos, instrumentos e máquinas — esferas de ferro ou aço para máquinas trituradoras e moinhos» são substituídas pelas seguintes:

Esferas de ferro, aço ou porcelana, para máquinas trituradoras e moinhos.

Forros de cilindros, de ferro, aço ou porcelana, para máquinas trituradoras e moinhos.

Peças separadas de aparelhos, instrumentos e máquinas:

Esferas de ferro, aço ou porcelana, para máquinas trituradoras e moinhos.

Art. 3.º São inseridas no índice remissivo da pauta de importação as rubricas seguintes:

Ferro ou aço em tiras dentadas para puados — Artigo 721.
Porcelana em esferas para máquinas trituradoras e moinhos — Artigo 681-B.

Porcelana em forros de cilindros para máquinas trituradoras e moinhos — Artigo 681-B.

Tiras de ferro ou aço, dentadas, para puados — Artigo 721.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 6 de Junho de 1935.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar.

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 25:471

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, que os cartões selados de taxas inferiores às legais ainda existentes nas tesourarias da Fa-

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e me-